de interesses (*joint-venture*, *farm-out* ou outro) quanto àquelas actividades nas áreas que forem objecto da correspondente concessão;

Considerando que, ainda nos termos do referido n.º 1, é necessária prévia autorização do Conselho de Ministros para que, nos termos do artigo 15.º do mesmo diploma legal, o concessionário possa alienar ou por qualquer forma transmitir, quer na totalidade quer em parte, os direitos concedidos ou fazer sub-concessões relativamente às áreas ou parte das áreas de concessão;

Considerando que o grupo concessionário de direito de prospecção, pesquisa, desenvolvimento e exploração na área emersa do território (área de concessão n.º 43, denominada «Caldas da Rainha»), outorgada por contrato assinado com o Estado em 3 de Novembro de 1978) constituído pelas sociedades Sceptre Resources (Portugal), Inc., Bow Valley Exploration (Portugal), Ltd., e Siebens Oil & Gás (Portugal), Ltd., solicitou autorização do Conselho de Ministros para que a associada Bow Valley Exploration (Portugal), Ltd., transmita 15 % da sua actual participação na citada concessão para uma sociedade subsidiária de Hunt Overseas Oil, Inc., a ser instalada em Portugal:

O Conselho de Ministros, reunido em 5 de Março de 1981, resolveu:

- a) Autorizar que a concessionária associada Bow Valley Exploration (Portugal), Ltd., transfira para uma sociedade subsidiária de Hunt Overseas Oil, Inc., a ser instalada em Portugal, 15 % da sua actual participação na concessão de direitos de prospecção, pesquisa, desenvolvimento e exploração de petróleo relativa à área n.º 43, denominada «Caldas da Rainha», na zona emersa do território, de que é titular o grupo constituído por Sceptre Resources (Portugal), Inc., Siebens Oil & Gás (Portugal), Ltd., e Bow Valley Exploration (Portugal), Ltd., ficando o quadro de participações de cada associada na referida área de concessão assim discriminado:

Sceptre — 33,3 %, Siebens — 33,3 %, Bow Valley — 18,3 %, Hunt (subsidiária) — 15 %;

- b) Determinar, para efeito da autorização referida na alínea anterior, que todas as obrigações legais e contratuais cujo prazo de cumprimento se deva iniciar à data de assinatura do contrato de concessão mencionado na mesma alínea a) passem, no que respeita à sociedade Hunt Overseas Oil, Inc., e à sua subsidiária, a ter como início de prazo de cumprimento a data de celebração do contrato de cessão de 15 % da participação da associada Bow Valley Exploration (Portugal), Ltd., salvo se outra for a solução decorrente dos preceitos legais ou contratuais aplicáveis;
- c) Determinar que a sociedade Hunt Overseas Oil, Inc., ou outra empresa do grupo Hunt Oil Company aceite pelo Secretário de Estado da Energia, entregue ao Gabinete para a Pesquisa e Exploração de Petróleo, até ao dia da assinatura do contrato de cessão

autorizado nos termos das alíneas anteriores, uma declaração de responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais em que se constituirá a subsidiária de Hunt Overseas Oil, Inc., por força da participação na concessão de direitos de prospecção, pesquisa, desenvolvimento e exploração de petróleo na área n.º 43, denominada «Caldas da Rainha», nos mesmos termos que as restantes co-concessionárias o fizeram, sob pena de caducidade automática da autorização ora concedida;

- d) Fixar como prazo de validade da autorização concedida o período de seis meses contados da data da publicação desta resolução.

Presidência do Conselho de Ministros, 5 de Março de 1981. — O Primeiro-Ministro, *Francisco José Pereira Pinto Balsemão*.

Resolução n.º 54/81

Considerando que a vastidão e complexidade das tarefas cometidas ao grupo de trabalho criado pela Resolução n.º 323/80, de 27 de Agosto, conjugadas com a circunstância de, por dificuldades de ordem administrativa, o grupo só ter ficado formalmente constituído em fins de Novembro, tornam inviável o cumprimento do prazo previsto no n.º 6 da referida resolução:

O Conselho de Ministros, reunido em 5 de Março de 1981, resolveu:

1 — Prorrogar por trinta dias o prazo previsto no n.º 6 da Resolução n.º 323/80, de 27 de Agosto.

2 — Em face dos resultados apresentados pelo grupo de trabalho, o Secretário de Estado do Ordenamento e Ambiente poderá determinar, por despacho, a adopção das medidas mais convenientes para o cumprimento das tarefas, designadamente a concessão de novos prazos.

Presidência do Conselho de Ministros, 5 de Março de 1981. — O Primeiro-Ministro, *Francisco José Pereira Pinto Balsemão*.

Resolução n.º 55/81

Por resolução do Conselho de Ministros, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 13 de Dezembro de 1979, foram nomeados vogais do conselho de gerência do Metropolitano de Lisboa, E. P., o Dr. Armando Gil Cardeira e o engenheiro Manuel Branco Ferreira de Lima, em regime de acumulação com as funções exercidas na comissão administrativa da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S. A. R. L.

Atendendo a que a acumulação de funções em mais de uma empresa é excepcional, como decorre do n.º 2 do artigo 23.º do Estatuto do Gestor Público, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 387/77, de 14 de Setembro, e que os motivos invocados para a citada acumulação perderam a relevância que então se lhes reconheceu, o Conselho de Ministros, reunido em 5 de Março de 1981, sob proposta do Ministro dos Transportes e Comunicações, resolveu exonerar, por conveniência de serviço, de vogais do conselho de gerência do Metropolitano de Lisboa, E. P., o

Dr. Armando Gil Cardeira e o engenheiro Manuel Branco Ferreira de Lima.

Presidência do Conselho de Ministros, 5 de Março de 1981. — O Primeiro-Ministro, *Francisco José Pereira Pinto Balsemão*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO

Decreto-Lei n.º 52/81

de 24 de Março

Considerando que àqueles cidadãos que, pela sua acção e pelo seu exemplo, dedicaram a vida à defesa da liberdade e da democracia e morreram ao serviço dos mesmos ideais deve a comunidade exprimir público reconhecimento;

Considerando que, no dia 4 de Dezembro de 1980, morreram num desastre de viação os membros do Governo Francisco Manuel Lumbrals de Sá Carneiro, Primeiro-Ministro, e Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa, Ministro da Defesa Nacional, e ainda o chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro António Pinto Basto Patrício Gouveia:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Aos familiares que estavam a cargo de cada um dos membros do Governo, Primeiro-Ministro Dr. Francisco Manuel Lumbrals de Sá Carneiro e Ministro da Defesa Nacional engenheiro Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa e do chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro Dr. António Pinto Basto Patrício Gouveia, e que a requeiram, será concedida uma pensão do Tesouro no quantitativo correspondente ao vencimento base do cargo que exerciam à data do seu falecimento, a abonar mensalmente, com início no dia imediato ao do acidente.

Art. 2.º O direito e fruição das pensões referidas no artigo anterior regulam-se pelos princípios estabelecidos no Decreto-Lei n.º 47 084, de 9 de Julho de 1966, não estando, contudo, os seus quantitativos sujeitos a quaisquer deduções, com excepção do selo de recibo.

Art. 3.º O presente diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 29 de Dezembro de 1980. — *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

Promulgado em 26 de Fevereiro de 1981.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

Departamento de Recursos Humanos da Saúde

Portaria n.º 289/81

de 24 de Março

Criado o Centro Hospitalar de Aveiro/Sul pelo Decreto Regulamentar n.º 3/79, de 24 de Fevereiro, torna-se necessário estabelecer normas para a inte-

gração do pessoal médico ainda não pertencente à carreira hospitalar.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Saúde, o seguinte:

1.º Após a distribuição no mapa de pessoal médico do Centro Hospitalar de Aveiro/Sul, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 9 de Janeiro de 1981, dos médicos já integrados na carreira hospitalar, terá imediatamente início, para as vagas sobranes de especialista, o processo de integração do restante pessoal médico ao serviço do Centro que estivesse vinculado aos hospitais que o compõem à data da entrada em vigor do Decreto Regulamentar n.º 3/79, de 24 de Fevereiro, de acordo com as seguintes normas:

a) Só poderão ser integrados os médicos nas condições anteriormente indicadas que, no período decorrente entre a criação do Centro e a integração, não se tenham desvinculado dos hospitais que o constituem;

b) Os médicos habilitados com o internato de especialidades ou com o título de especialista atribuído pela Ordem dos Médicos, bem como aqueles a quem for dada equiparação de habilitações por despacho do Secretário de Estado da Saúde, mediante parecer do Departamento de Recursos Humanos da Saúde, serão integrados como especialistas, mediante aprovação em concurso a efectuar de acordo com normas idênticas às previstas nos artigos 18.º, 19.º e 20.º da Portaria n.º 79/77, de 17 de Fevereiro.

2.º — a) O pessoal médico que, à data da entrada em vigor do Decreto Regulamentar n.º 3/79, de 24 de Fevereiro, já se encontrava ao serviço do Centro e não reúna os requisitos necessários para ingressar na carreira será integrado no quadro, ficando equiparado à categoria correspondente às funções que desempenhava nessa data e percebendo remunerações idênticas às do respectivo lugar da carreira;

b) O disposto no número anterior aplica-se igualmente ao pessoal médico que esteja nas condições previstas na alínea b) do n.º 1.º e declare não pretender fazer concurso.

3.º — a) Concluídas as integrações a que se referem os números anteriores, as vagas sobranes de chefe de clínica serão postas a concurso, a que só poderão ser admitidos os candidatos que já estivessem ao serviço dos hospitais que constituem o Centro à data da entrada em vigor do Decreto Regulamentar n.º 3/79, de 24 de Fevereiro;

b) As normas por que se rege este concurso são idênticas às previstas nos artigos 21.º, 22.º e 23.º da Portaria n.º 79/77, de 17 de Fevereiro, com as alterações constantes na Portaria n.º 212/77, de 20 de Abril, e na Portaria n.º 570/78, de 19 de Setembro.

4.º — a) A abertura e os prazos dos concursos previstos nas alíneas b) e a), respectivamente, dos n.ºs 1.º e 3.º são regulamentados por normas idênticas às previstas nos artigos 2.º, 3.º e 4.º da Portaria n.º 79/77, de 17 de Fevereiro, com as alterações constantes na Portaria n.º 570/78, de 19 de Setembro, e ainda as que venham a ser consideradas necessárias pelo Departamento de Recursos Humanos da Saúde;

b) Aplicam-se aos júris dos concursos previstos nos números anteriores normas idênticas às previstas no artigo 6.º da Portaria n.º 79/77, de 17 de Fevereiro.